

sa”, quando localizou uma nova linha de investigação no relacionamento entre a educação e o direito. Fechando o volume, Maria Luísa Santos Ribeiro, uma das pioneiras da historiografia educacional brasileira na linha do materialismo histórico, apresenta sua via investigativa em três estações: a primeira, sob a presença do magistério de História da Educação, marcada pela questão da periodização; a segunda, voltada para a questão da formação de professores, timbrada pelo emprego metodológico da história oral; e a terceira, resultante de sua inserção no movimento político de professores universitários, com a marca da militância.

A leitura deste livro oferece, aos que se iniciam ou mesmo aos que já têm algum andar pela senda da história da educação, uma excelente visão panorâmica do campo e, particularmente, de seus problemas epistemológicos.

Sérgio Castanho  
UNICAMP

ALMEIDA, José Ricardo Pires de.  
*Instrução pública no Brasil (1500-1889)*. Trad. Antonio Chizzoti; ed. crítica Maria do Carmo Guedes.  
2ª ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

Escrito em francês, publicado pela primeira vez em 1889, dedicado ao gênero do Imperador e totalizando 1.102 páginas, o livro *L’Instruction Publique au Brésil – Histoire – Legislation*,<sup>1</sup> após a sua primeira edição em português, em 1989, vem se consolidando como uma obra básica para qualificação do debate acerca da educação escolar brasileira nos períodos colonial e imperial. Ao mesmo tempo, tem permitido uma reflexão acerca da historiografia da educação brasileira ao ser tomado como objeto por intermédio do qual se pode discutir a ordem que possibilitou o seu aparecimento, bem como a ordem que o mesmo procura instaurar.

A primeira edição em português, traduzida pelo professor Antonio Chizzotti (PUC-SP),<sup>2</sup> publicada em sistema de co-edição entre o INEP e a PUC-SP, já se encontrava esgotada e, nesse sentido, a sua reedição constituiu-se em boa notícia para a comunidade acadêmica. A nova edição foi realizada sob a responsabilidade de Maria do Carmo Guedes,<sup>3</sup> tendo sido viabilizada pela parceria entre a EDUC<sup>4</sup> e o “Programa de Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores”, do INEP.

Na 2ª edição em português, foram mantidas a mesma tradução, a mesma ordenação e a mesma paginação da primeira, buscando-se, porém, uma maior aproximação com a edição original francesa, com a supressão do relatório de Gonçalves Dias, introduzido na 1ª edição por decisão do tradutor. Em substituição à apresentação do INEP, presente na 1ª edição, há a inclusão de notas explicativas da organizadora e pequenas alterações na apresentação assinada pelo tradutor<sup>5</sup>. Ressalto, ainda, a alteração na capa da obra, menos por sua diagramação do que pela imagem selecionada. No caso, substituiu-se a imagem da fachada de uma instituição educacional do século XIX – o Colégio de Pedro II, pelo fragmento de uma “carta da Costa Atlântica do século XVII”. Nessa nova seleção, tanto pela imagem, como pelo período a que ela remete, o leitor é distanciado dos conteúdos e do tempo privilegiado na própria obra, que encontram-se concentrados na análise das políticas públicas, com ênfase nos anos 800. Nessa linha, vale registrar que as únicas imagens utilizadas nas duas edições traduzidas não constam na edição original. Aliás, a imagem de D. Pedro II, a única presente no original, foi suprimida.<sup>6</sup> Tal decisão minimiza o traço de oficialidade da obra, embora ao longo do texto o Imperador reapareça sob as representações de modesto, caridoso, pai exemplar, ilustrado, simpático, apreciado e de

pensamento puro, o que o faz prever que “um dia virá [...] que o nome agosto de D. Pedro II ingressará na história; então, a imparcial posteridade, na plenitude de sua séria e severa justiça, terá apenas gratidão, reconhecimento e admiração pelo sábio monarca que fez o Brasil entrar no concerto das nações civilizadas” (2000, p. 206-207). Colocando-se, então, como um homem à frente de seu tempo, o autor assinala que “aquele que escreveu estas linhas foi inspirado, apenas, pela verdade, da qual sua consciência está possuída” (2000, p. 207). Com isso, pode-se perceber que a decisão de imprimir a imagem do Imperador no início da obra original não cumpria apenas um função ilustrativa, já que tal presença antecipa e sintetiza a própria perspectiva com que a instrução pública seria registrada.

No que se refere ao livro, o autor, médico e monarquista, ao privilegiar o emprego das fontes oficiais, ressalta ao longo de seu discurso pontos de tensão em torno dos quais não se furta de emitir sua posição, muitas vezes colidindo com a crença difundida de que sua obra é toda ela laudatória e ufanista. Tais adjetivos podem ser associados aos heróis da história da educação constituídos pela/na escrita do Dr. Pires de Almeida, o que não ocorre em relação aos diversos pontos por ele abordados ao longo de seu estudo, dentre os quais caberia lembrar a questão do financiamento, da formação de professores, dos concursos, da estrutura e de funcionamento do ensino, das instituições escolares e da legislação.

Esse procedimento do Dr. Pires de Almeida evidencia-se, por exemplo, quando examina a adoção do princípio da gratuidade nas escolas públicas de ensino primário e no externato do ensino secundário. Embora considere o ministro Coutto Ferraz<sup>7</sup> um grande “homem de Estado”, ele posiciona-se contrariamente à adoção de tal princípio presente na reforma conduzida pelo homem que admira, argumentando que “a gratuidade traz consigo a indiferença do

público e atenua muito a vigilância dos pais” (2000, p. 93). Admite, contudo, que “a gratuidade poderia ser conservada para as classes mais desprovidas de recursos” (*idem*), as quais, segundo ele, “sem um enérgico esforço da comunidade não sairiam jamais da abjeção em que se encontram” (*idem*). Em sua defesa contra a gratuidade absoluta combina evidências locais, com exemplos trazidos da Inglaterra e da França, de modo a reforçar a tese de que a adesão ao princípio da gratuidade absoluta era “um engodo, uma satisfação malsã dada por alguns governos às idéias demagógicas” (2000, p. 94).

Percebe-se, com isso, que os princípios liberais do médico mesclam-se com seu moralismo e sua posição social, resultando na defesa do pagamento da instrução como princípio, medida que, em sua ótica, eliminaria a indiferença do público, aumentando a vigilância dos pais. Assim, a narrativa vai sendo tecida, contornando e produzindo delicadas tensões em que cabem, ao mesmo tempo, a defesa dos homens do Estado e um conjunto de críticas à política de instrução pública por eles postas em execução. Com esse procedimento, o Dr. Pires de Almeida, menos que um registro morno e calmo da história da instrução pública no Brasil, promove a emergência de um efetivo programa a ser adotado, caso o Império desejasse efetivamente trilhar os caminhos que o conduziram ao mundo moralizado, higienizado, instruído e civilizado.

Nesse programa, a sua filiação ao regime monárquico, sua condição masculina, a formação médica e sua atuação na área da saúde, higiene, planejamento urbano, jornalismo e teatro constituem-se em elementos que marcam o seu estudo, a escolha e o uso das fontes, os objetos ressaltados, a perspectiva com que são abordados e o próprio *design* do seu discurso. Tomando esse discurso como uma narrativa profundamente interessada na construção de um vínculo de determinação entre

instruir e civilizar, o leitor tem, portanto, a possibilidade de ingressar no debate acerca da educação na colônia e, sobretudo, no Império, a partir da ótica do Dr. Pires de Almeida.

Diante da rarefação de estudos que tratam do período e temas abordados no livro em questão, a sua reedição configura-se em uma contribuição singular para aqueles que, tocados pelos desafios da pesquisa em história da educação, anterior ao século republicano, se dispuserem a considerar o trabalho do médico imperial não apenas como um esforço de síntese e sistematização, mas também como um discurso que, a seu modo, dá visibilidade a um território ainda pouco visitado. Nessa linha, há alguns estudos recentes que têm procurado demonstrar a possibilidade de releitura dessa obra, tratando-a como objeto e submetendo-a a interrogações e recortes inéditos,<sup>8</sup> apontando, então, para novos problemas, objetos e perspectivas de análise.

Considero, portanto, que a iniciativa de reedição deve ser comemorada pelos historiadores da educação e pelos inúmeros estudiosos da matéria educacional. Enfim, a sua manutenção em circulação fornece, em certa medida, condições para se aproximar, explorar e tentar dimensionar as zonas de sombra e de esquecimento existentes na história da educação brasileira, possibilitando, com isso, a abertura de questões inesperadas para o ensino e a pesquisa.

*José Gondra*

Professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutorando em Educação na Universidade de São Paulo, na área de História da Educação e Historiografia.

#### Notas

<sup>1</sup> Consultando os dois exemplares existente na Biblioteca Nacional (códices II, 261, 2, 20 e III, 2, 2, 3), constatei que o título original não corresponde aos créditos das duas edições

traduzidas. No caso, atribuiu-se o título original em francês, convertendo para essa língua o título dado pelo tradutor brasileiro. O livro foi originalmente publicado em formato 11 x 18,6 cm, pela Imp. G. Leuzinger & Filhos, situada, à época, na rua Ouvidor, 31.

<sup>2</sup> Trata-se da série Memória da Educação Brasileira e do Programa de Co-edição do INEP, destinados “a editar originais importantes para o resgate da história da educação brasileira”, pretendendo, dessa forma, “viabilizar a edição de textos considerados relevantes para a compreensão e o desenvolvimento do processo educacional brasileiro, embora julgado de reduzida demanda de mercado” (1989, p. 5).

<sup>3</sup> Também responsável pelo projeto e pela coordenação editorial da 1ª edição em português, em 1989.

<sup>4</sup> Editora da PUC-SP.

<sup>5</sup> Com isto, verifica-se um redução no número total de páginas, passando de 365 para 334 páginas.

<sup>6</sup> Um desenho do Imperador D. Pedro II, em preto e branco, acompanhado do crédito “*Empereur constitutionnel et defenseur perpétuel du Brésil*”.

<sup>7</sup> Ocupante da pasta do “negócios do Império” de 1853 a 1856, continuidade no posto, rara à época.

<sup>8</sup> Nessa direção, tenho conhecimento dos seguintes trabalhos: Nunes, Clarice (A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: ( 93), p. 51-59, 1995), Xavier, Libânia Nacif (A literatura como fonte privilegiada para o estudo da História da Educação Brasileira. *Educação*. Rio de Janeiro: PUC, nº 35, maio 1998), Gondra, J.G. (Sem Deus, nem Rei? O positivismo na escrita da educação brasileira. In: FERNANDES, Rogério & ADÃO, Áurea (orgs.) *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970 – Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. SPCE: Porto, 1998, e Gondra, J.G. ( José Ricardo Pi-

res de Almeida. In: FÁVERO, M.L.A. & BRITO, J. M. *Dicionário dos Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 1999).

WARDE, Mirian Jorge (org). Temas de história da educação. *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, Ano V, nº 7 – 1º Semestre – 2000

A revista *Contemporaneidade e educação* acaba de publicar um número dedicado à História da Educação. Em nota preliminar, a organizadora Mirian J. Warde destaca os critérios de reunião dos artigos dedicados ao tema; quatro artigos nacionais resultam de projetos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos há anos – dois dedicados à crítica historiográfica e dois resultados de estudos em torno do impresso. A coletânea completa-se com artigos de A. Viñao Frago e J. Hèbrard voltados para temas de forte interesse dos nossos pesquisadores, respectivamente, espaço e tempo escolar e história do ensino de ciências.

No artigo de abertura, “Política e cultura na produção da história da educação no Brasil”, Warde & Carvalho analisam os deslocamentos que estão ocorrendo na historiografia educacional brasileira, decorrentes da ruptura com tendências que mantinham a disciplina presa a focos que lhe eram externos. A

partir do exame dessas tendências e daqueles deslocamentos, as autoras apresentam um mapa bastante detalhado das questões institucionais e intelectuais que estão implicadas no percurso atual da História da Educação brasileira.

Em “A historiografia da educação em Portugal e no Brasil: convergências e desafios”, Bruno Bontempi Júnior apresenta uma leitura comparada entre as trajetórias de conformação da historiografia da educação de Portugal e do Brasil, objetivando identificar à luz das situações históricas de produção, as semelhanças e diferenças entre essas duas tradições historiográficas.

Esses dois artigos de abertura oferecem excelentes referências para situarmos os caminhos recentes que historiadores da educação estão buscando, seja mediante a constituição de novos objetos, seja pela reconfiguração de antigos temas. Em qualquer dos casos, patenteiam-se os desafios conceituais e metodológicos que estão no horizonte das pesquisas historiográficas. Os artigos subseqüentes dão prova desses desafios.

“Impressos operários, leitores e práticas de resistência”, de Célia Maria Benedicto Giglio, e “Reforma escolar, pedagogia da Escola Nova e usos do impresso”, de Marta Maria C. de Carvalho & Maria Rita de A. Toledo, elucidam as potencialidades de se tomar o impresso como objeto da investigação e como objeto material, na medida em que esta modalidade de pesquisa alarga as possi-

bilidades de temas abordados nos estudos de história da educação brasileira sob a ótica da história de uma prática cultural, posto que contrasta o escrito à leitura, ou seja, privilegia a materialidade dos processos de difusão e imposição e da materialidade das práticas de apropriação.

Antonio Viñao Frago, em seu artigo “El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico”, apresenta um balanço muito fecundo sobre a produção historiográfica referente à cultura da escola e traz uma sólida contribuição aos que incursionam na caixa-preta escolar buscando apanhar os seus dispositivos de organização de espaço e escolar.

“Notas sobre o ensino das ciências na escola primária”, de Jean Hèbrard, nos alerta quanto à fertilidade das pesquisas em torno das disciplinas escolares, e nos auxilia a pensar na normatização dos saberes e das condutas a inculcar com o ensino das ciências.

Publicação muito oportuna e esclarecedora, pois dá conta de “atualizar os novos ventos da disciplina” (Warde). *Tema de história da educação* é leitura recomendada a todos que estão interessados nos rumos da história cultural da escola e dos saberes pedagógicos.

*Claudia Panizzolo Batista da Silva*  
Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade.